

## Carta enviada no dia 23/09 ao Painel do Leitor da Folha

O editorial Imposto Universitário (Folha, 22/9) destaca corretamente que docentes, funcionários e estudantes da USP estão em luta por uma razão clara: manter na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2006), aprovada pela Assembleia Legislativa (Alesp), as emendas que garantem mais verbas para a educação pública em todos os níveis. A cobertura que a Folha tem dado a esse movimento, além da publicação recente de artigos sobre a precariedade da educação pública, em particular da educação básica, com falta de professores, salas superlotadas, péssimas condições de trabalho, ausência de bibliotecas e laboratórios, contrastam com o teor desse Editorial.

A velha tentativa de considerar concorrentes os investimentos em serviços públicos essenciais, como saúde e educação – deve-se tirar de um para dar ao outro – ou de que para financiar um nível de educação é necessário sacrificar outro são argumentos falaciosos, sem sustentação factual. Basta considerar o enorme volume de sonegação, evasão e corrupção fiscais correntes no Estado de São Paulo, que nunca são objeto de providências efetivas e duradouras por parte do governo. Só aqui a luta pelo aumento de investimento na Educação Pública é considerada como um desserviço à sociedade!

Professor César Augusto Minto

Presidente da Associação dos Docentes da USP (Adusp)

### Comentários adicionais

1) Apenas cerca de 1,5%, em um total de 18%, dos jovens entre 18 e 24 anos que cursam universidades no estado de São Paulo, estão em universidades públicas. Esses números mostram que por mais que se possa melhorar o desempenho administrativo dessas universidades, ainda estaremos muito distante de prover a necessária expansão de vagas públicas em nosso Estado

2) Investimentos públicos têm que ser comparado com o PIB do Estado, ou seja, sua capacidade de investir, e não apenas com valores nominais. Neste sentido SP tem colocado menos do que 3,5% do seu PIB em educação, abaixo da média nacional de 4%, que por sua vez já é considerada baixa para padrões internacionais (especialmente para países que precisam superar atrasos educacionais).

3) O governo esconde o fato de que, apesar dele recolher os tributos previdenciários, o pagamento dos aposentados é contabilizado na conta das universidades. E este montante cresceu desde 1989, com o amadurecimento destas instituições. Em função disso, a tabela abaixo, mostra que, apesar do repasse às universidades ter ido de 8,4% do ICMS, para 9,57%, a receita líquida diminuiu neste período.

Receita repassada pelo governo à USP, Unesp e Unicamp			
Ano	Cota do ICMS	Pagamento de aposentados	Cota Líquida do ICMS
1989	8.40%	0.93%	7.47%
2004	9.57%	2.19%	7.38%

Por fim, desde o final de 2003 o governo do Estado passou a subtrair mais 5% dos salários para a previdência, mas a conta dos aposentados continua sendo paga pelas universidades com o mesmo montante de recursos que recebiam.

Editorial publicado na Folha em 22/09/2005  
IMPOSTO UNIVERSITÁRIO

A greve na USP está, enfim, se dissipando. Professores, alunos e funcionários decidiram voltar a suas atividades, pondo fim a quase um mês de paralisação parcial.

O que motivou a greve foi o veto do governador Geraldo Alckmin ao projeto de lei que eleva o gasto obrigatório com educação no Estado de 30% para 31% de sua receita e aumenta a proporção destinada às três universidades estaduais de 9,57% para 10% da arrecadação do ICMS. A greve pretendia pressionar deputados estaduais a derrubar o veto.

Juntas, USP, Unicamp e Unesp respondem por cerca de metade da produção científica nacional e formam boa parte dos melhores quadros do país. Suas atividades contribuem para o desenvolvimento do Estado.

As universidades, porém, não são a única preocupação do governo. Os 9,57% já constituem dotação considerável -R\$ 3,8 bilhões em 2005. O Estado coloca R\$ 9,8 bilhões na Secretaria da Educação, dos quais R\$ 1,3 bilhão (menos do que os R\$ 2 bilhões destinados à USP) vai para o ensino médio, que está se convertendo num gargalo, com demanda crescente. Parece preferível gastar, para ficar apenas em um exemplo, na ampliação da rede média a despender mais recursos com as universidades. De resto, a proposta vetada por Alckmin representaria uma ampliação da vinculação orçamentária.

Trata-se de uma medida extrema que se justifica apenas para garantir um mínimo para áreas como educação e saúde. Esse piso foi alcançado. Hoje, aumentar as verbas carimbadas acaba por retirar grau já indesejável da autonomia conquistada nas urnas pelos governantes eleitos.

USP, Unesp e Unicamp precisam gastar melhor o que o contribuinte paulista lhes dá, diminuindo suas ineficiências administrativas. Aumentar o repasse do ICMS, além de prejudicar outras despesas fundamentais do Estado, seria um desestímulo à otimização do gasto.